



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE MATEMÁTICA

MICEIA DO SOCORRO LOPES GOMES

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) nas produções acadêmicas
de 2015 a 2019: um estudo do tipo estado da arte**

Castanhal

2023

MICEIA DO SOCORRO LOPES GOMES

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) nas produções acadêmicas
de 2015 a 2019: um estudo do tipo estado da arte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Matemática do Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof^o Dr Francisco Valdinei dos Santos Anjos.

Castanhal

2023

MICEIA DO SOCORRO LOPES GOMES

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) nas produções acadêmicas
de 2015 a 2019: um estudo do tipo estado da arte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Matemática do Campus
Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Matemática.

Data de aprovação: ___/___/___

Banca Examinadora

Francisco Valdinei dos Santos Anjos - Orientador
UFPA

Gerlândia Castro - Examinadora
UFPA

Madison Rocha Ribeiro - Examinadora
UFPA

Dedico este trabalho em memória da minha mãe
Maria Madalena Lopes Gomes, que foi o meu porto
seguro, minha inspiração, minha melhor amiga e
meu alicerce

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda força e coragem a mim concedidas.

Aos meus pais Antônio Gomes do Rego e Maria Madalena Lopes Gomes, em especial a minha mãe, por todo o esforço, dedicação e companheirismo que teve comigo ao longo da vida.

Ao Genilson Damasceno por todo o companheirismo e apoio.

A Universidade Federal do Pará.

A Faculdade de Matemática

A Prof. Gerlância pela oportunidade na bolsa de iniciação científica.

Ao prof. Madison pela orientação em projetos.

Aos professores da Faculdade de matemática.

Ao prof. Francisco Anjos, em particular, por todo apoio no processo de formação, em especial, no momento mais difícil da minha vida, que foi a perda da minha mãe, por todas as orientações em projetos, TCC e na vida.

A direção da Faculdade de Matemática.

Aos meus colegas de turma por não soltarem minha mão no momento que mais precisei.

A minha PET, Pérola Melinda, por todo o amor a mim dedicado que me deu forças para suportar todos os momentos difíceis.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

Trata o presente estudo de uma pesquisa qualitativa do tipo estado da arte, desenvolvido a partir do levantamento dentro de um período de cinco anos das produções cujo foco é a Base Nacional Comum Curricular. Presume-se que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expressa relações de poder, relações sociais, que ela é prescrição teórico-prática enquanto política cultural oficial. Assim, importa saber que debates são apresentados sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas produções acadêmicas de 2015 a 2019. Os resultados apontam que das produções capturadas durante o levantamento dos dados, verificou-se a composição de nove eixos, constituídas a partir das discussões sobre BNCC e outras temáticas vinculadas ao campo da educação, apresentados a seguir: BNCC, Formação de Prof. de Língua Portuguesa (1 produção); BNCC e o Ensino de Campos Disciplinares (7 produções); BNCC e Educação Infantil (4 produções); BNCC e Política Educacional (3 produções); BNCC e Relações Étnico-Raciais (1 produção); BNCC, Projeto Político Pedagógico (1 produção); BNCC e Educação Especial (2 produções); BNCC e Competências (3 produções); BNCC e a Educação Integral (1 produção).

Palavras-chave: Política Curricular. Base Nacional Comum Curricular. Ensino de Matemática.

SUMÁRIO

I – M INTRODUÇÃO.....	9
1.1 – Metodologia da pesquisa.....	11
II – CURRÍCULO, POLÍTICA CURRICULAR, E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	13
III – A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DE 2015 A 2019	15
3.1 – Artigos.....	15
3.2 – Dissertações.....	25
3.3 – Teses.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

I – INTRODUÇÃO

Este estudo se ocupa de reflexões em torno de produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2019, cujo foco é a Base Nacional Comum Curricular. Portanto, trata-se de um estudo do tipo estado da arte. Para tanto, iniciamos com algumas considerações relacionadas a compreensão do que seja o currículo e a política curricular, haja vista que são máximas que estruturam a BNCC, ou seja, é ela por um lado o currículo, mas não qualquer currículo, ela é o currículo oficial, mas é por outro lado a expressão da relação de poder tanto em relação às organizações políticas, ideológicas e culturais, quanto em relação aos campos de conhecimentos e os níveis e modalidades da educação atravessados por tudo isso.

O processo educativo escolar passa, inevitavelmente, pelo currículo, que não apresenta uma única compreensão. Para Silva (1996, p. 23) o currículo é “[...] um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. [...]. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais”. Já na visão de Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

Para Sacristán (1999, p. 61) “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”.

Com base nesses apontamentos iniciais, podemos presumir que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expressa relações de poder, relações sociais, que ela é prescrição teórico-prática enquanto política cultural oficial. Assim, importa saber que debates são apresentados sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas produções acadêmicas de 2015 a 2019?

A realização deste estudo se justifica em razão de que o currículo representa um instrumento capaz de definir o perfil formativo de uma geração inteira. Ele é um mecanismo de produção de modos de ver e atuar na realidade. Já a política curricular, por sua vez, é o caminho institucionalizado para esse fim.

Por meio da Base Nacional Comum Curricular o Brasil definiu o que será referência para a formação das futuras gerações. Então essa política deve ser alvo de nossas preocupações, na medida em que interfere decisivamente no sistema e nas redes de educação do nosso país. A participação na Rede de Estudos, Pesquisa e Extensão em Política Gestão e Formação no campo da educação que tem tratado de debates relacionados a implementação da atual política curricular, nos possibilitou colocar em xeque muitas questões vinculadas a essa política, para qual é necessário verificar como tem sido tratada na produção acadêmica dos últimos dez anos. Acreditamos que nessas produções existem indicativos, pistas, questionamentos, provocações, que nos auxiliam na compreensão da dinâmica em torno da política curricular brasileira vigente.

Pelo que pontuamos até aqui, fica evidente a relevância social deste estudo, haja vista que trata de uma questão elementar acerca do processo formativo e que incide na vida em sociedade, que é o que deve ser ensinado e o que não deve. Tanto em termos de campo quanto de objeto de conhecimento a presença/ausência é um fator decisivo para que um projeto de educação e conseqüentemente de sociedade ganhe materialidade.

Quanto a relevância acadêmica, importa destacar que há a necessidade da universidade se debruçar em temáticas que não só estão na evidência política, mas também pelo impacto elas podem gerar na sociedade. A política curricular marca dada pela Base Nacional Comum Curricular é um exemplo dessa natureza. Daí a importância de nos debruçarmos em torno dessa questão e de seus desdobramentos.

Em se tratando da relevância pessoal, a realização deste estudo nos permite ampliar um processo formativo a partir da licenciatura em Matemática, da participação na Rede de Estudos, Pesquisa e Extensão em Política Gestão e Formação no campo da educação na condição de bolsista de projetos de extensão com foco na implementação da política curricular vigente a partir das redes de ensino dos municípios de Mãe do Rio e de Castanhal.

1.1 – Metodologia da pesquisa

Quanto a natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa que segundo Triviños (1987) trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto.

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória/descritiva, ou seja, em termos exploratórios busca descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Esse tipo de pesquisa possibilita aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, e realizar novas pesquisas mais estruturadas (Gil, 1999). No nosso caso busca descobrir as novas ideias produzidas e veiculadas sobre a implementação da atual política curricular, de modo a ampliar os conhecimentos em torno dessa questão. Em termos descritivo, é um estudo que, conforme Gil (1999), as têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Significa dizer que buscamos caracterizar as produções acadêmicas ocorridas entre 2015 e 2019 sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Quanto a escolha do objeto de estudo, trata-se de uma pesquisa do tipo estado da arte ou estado do conhecimento que segundo Ferreira (2002, p.258) são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Assim, a partir do levantamento das produções publicadas na janela temporal 2015-2019 apresentamos as discussões cujo foco é a atual política curricular.

Os dados foram produzidos a partir de levantamento de artigos (disponíveis no google acadêmico) e dissertações e teses (disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). A partir deste levantamento chegamos aos números de 23 artigos, 19 dissertações e 3 teses, somando um total de 45 produções publicadas entre 2015-2019. As referidas produções foram classificadas por temáticas e interpretadas à luz das produções acadêmico-científicas no campo do currículo, ou

seja, assumidos a análise interpretaria como fio condutor dessa pesquisa com base em Bardin (2008).

II – CURRÍCULO, POLÍTICA CURRICULAR, E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ao analisarmos a história da educação brasileira, percebemos tentativas pontuais de avanço para uma educação voltada à aprendizagem e ao desenvolvimento integral de todos. Dentre essas iniciativas, pontuamos a Lei de Diretrizes de Base da Educação - LDB de 1996 (BRASIL, 1996), na qual estabelece um currículo base comum a todos os estados e Distrito Federal; frisamos também as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – DCNs (BRASIL, 2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) que em conjunto fomentam o processo de implementação de uma nova política curricular.

Segundo Silva (1996, p. 23), o currículo é “[...] um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação [...]. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais”. Já na visão de Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

Também, é válido pontuar que para Sacristán (1999, p. 61) “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”. Já a política curricular, por sua vez, é entendida pelo mesmo autor como “um aspecto específico da política educativa, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele”. (SACRISTAN, 1999, p. 109).

Sob esse viés, foi aprovada no ano de 2017 a BNCC voltada para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a partir de então os entes federados brasileiros tiveram um prazo de dois anos para elaborarem e implementarem seus currículos, esse processo deu-se tanto em cunho estadual, quanto municipal. No ano de 2018, o estado do Pará aprovou seu documento curricular, servindo de base para que os municípios também elaborassem os documentos curriculares em nível

municipal, todavia sem a mesma obrigatoriedade dos Estados e do Distrito Federal, ou seja, os municípios que não elaboram seus próprios documentos curriculares, devem, obrigatoriamente adotar os documentos dos seus respectivos Estados.

Importa destacar que os documentos dos Estados e do Distrito Federal, obrigatoriamente devem ser constituídos da BNCC, haja vista que, conforme, as deliberações normativas, a BNCC é o mínimo a ser garantido aos estudantes brasileiros, mas que ao se elaborar os documentos em nível estadual, estes devem garantir a regionalidade do currículo oficial, do mesmo modo em relação aos documentos em nível municipal que devem garantir as particularidades em nível local.

Após a aprovação da BNCC como parte do constructo da atual política curricular, muitas questões são postas a mesa por intelectuais que se ocupam de debates sobre currículo, política curricular e seus desdobramentos. Podemos usar como exemplo com base em Calegari (S/D, p.66) os desafios para implementação, com destaque a formação inicial e a formação continuada dos profissionais da educação. Segundo ele:

É consenso que entre as principais causas da baixa qualidade de Educação do País está o deficiente sistema de formação profissional para o setor. Os diagnósticos convergem apontando que a maior parte dos cursos de licenciatura não forma profissionais suficientemente preparados para enfrentar os desafios do *que ensinar* e *como ensinar* [...]. Ainda no que diz respeito à formação profissional, os professores já formados demandam atualização frequente [...].

Calegari critica que nos cursos de licenciatura os discentes não são ensinados a enfrentar os verdadeiros desafios em sala de aula, tendo em vista que a maior parte quando se forma e passa a trabalhar na educação não sabe como atuar em sala de aula. O autor também postula, que outro desafio é a formação continuada dos professores atuantes na educação, haja vista que os professores já formados necessitam de frequentes atualizações. Pensando na obrigatoriedade da implementação da atual política curricular, há que se pensar na importância de que os debates sobre a atual política curricular estejam nos cotidianos das unidades de ensino. Para tanto, é importante acessarmos as produções de modo a ampliar a nossa compreensão acerca desses postulados.

III – A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DE 2015 A 2019

A partir desse momento, apresentaremos um conjunto de produções veiculadas por meio de artigos, dissertações e teses, cujo foco é a Base Nacional Comum Curricular e seus desdobramentos.

3.1 – Artigos

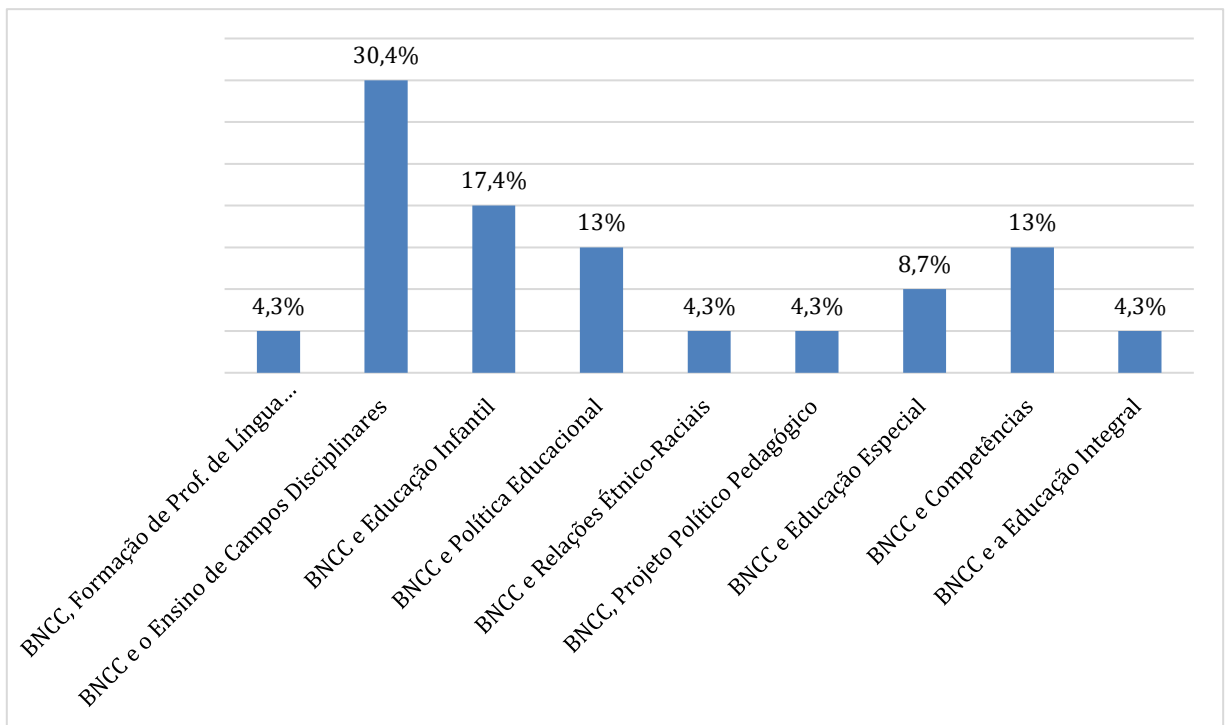
Do total de 23 Artigos Científicos capturados no Google e Google Acadêmico que assumem a BNCC como uma das temáticas da discussão e que foram produzidos entre 2015 e 2019¹ iremos dar destaque aos que apresentam questões referentes aos desafios da implementação da base, posto que esse é um eixo central do plano de trabalho vinculado ao projeto. Mas também daremos a tenção ao debate relacionado a relação entre BNCC e o Ensino de Matemática, tendo em vista que essa é a minha área de formação.

Com base nas produções capturadas durante o levantamento dos dados, verificou-se a composição de nove eixos, constituídas a partir das discussões sobre BNCC e outras temáticas vinculadas ao campo da educação, apresentados a seguir: **BNCC, Formação de Prof. de Língua Portuguesa** (1 produção); **BNCC e o Ensino de Campos Disciplinares** (7 produções); **BNCC e Educação Infantil** (4 produções); **BNCC e Política Educacional** (3 produções); **BNCC e Relações Étnico-Raciais** (1 produção); **BNCC, Projeto Político Pedagógico** (1 produção); **BNCC e Educação Especial** (2 produções); **BNCC e Competências** (3 produções); **BNCC e a Educação Integral** (1 produção). (grifos nossos).

¹ Embora a BNCC tenha passado a vigorar a partir de 2017, antes disso já foram produzidas algumas discussões em função do movimento produzido em torno da discussão e elaboração das três versões da base, nas quais houve uma participação significativa de educadores, pesquisadores, intelectuais do campo da educação e, mais particularmente do campo do currículo, sobre tudo nas duas primeiras versões.

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos artigos com base em temáticas que estão vinculadas ao campo da educação

Gráfico 01: Distribuição das produções na relação com outras temáticas do campo da educação.



Fonte: Autoria da pesquisadora (Gomes, 2020).

Ao analisar o gráfico 01 verifica-se que, dentre os 23 artigos selecionados, 4,3% falam acerca da BNCC na relação com a Formação de Professor da Língua Portuguesa; 30,4% discute a respeito BNCC e o Ensino de Campos Disciplinares; 17,4% debate sobre BNCC e Educação Infantil; 13% ressalta sobre BNCC e Política Educacional; 4,3% defende BNCC e Relações Étnico-Raciais; 4,3% apresenta a BNCC, Projeto Político Pedagógico; 8,7% argumenta sobre BNCC e Educação Especial; 13% focaliza em BNCC e Competências; e 4,3% da enfoque para a BNCC e a Educação Integral.

Dentre do eixo BNCC e Formação de Professores da Língua Portuguesa identificamos o artigo intitulado *a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua*

articulação com a legislação para a formação inicial do professor de língua portuguesa que fala acerca da formação do professor de língua portuguesa na legislação brasileira específica, reunindo desde o Parecer CNE/CES 492/2001 (BRASIL, 2001), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Letras, como a Resolução CNE/CP nº 1, de 18/2/2002, sobre a formação específica em nível superior do professor que atuará na educação básica, e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores em nível superior e para a formação continuada, por meio da Resolução CNE/CP 2/2015 (BRASIL, 2015). O referido artigo discute também sobre a construção e a organização da BNCC e analisa as competências e habilidades organizadas registradas dentro deste documento em relação a disciplina Língua Portuguesa.

O tópico BNCC e o Ensino de Campos disciplinares é formado por um conjunto com 7 artigos que discutem sobre os campos disciplinares na BNCC, quais sejam:

1. *Base Nacional Comum Curricular e o ensino da matemática: flexibilização ou engessamento do currículo escolar* o qual traz uma análise sobre a BNCC focando nos objetivos de aprendizagem dos conteúdos álgebra e funções para o ensino médio, bem como, objetiva compreender o processo de elaboração da proposta deverá ser base para o ensino da matemática nas escolas brasileiras;
2. *BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia* o artigo objetiva refletir sobre as possibilidades de diálogos entre história e pedagogia na formação docente afim de romper com as fronteiras para que haja uma aprendizagem histórica adequada na educação básica;
3. *Desafios da BNCC em torno do Ensino da Língua Portuguesa na educação básica* o qual discute como a área de linguagens, em particular, a língua portuguesa é concebida na BNCC;
4. *Educação física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos* o objetivo desse artigo é apresentar uma análise da educação física presente nas versões preliminares da BNCC e compreender a concepção de educação física, o papel da educação, a formação do aluno, e os conteúdos de ensino submetidos nos objetivos de aprendizagem;

5. *Questões atuais do Ensino de Arte no Brasil: O lugar da Arte na Base Nacional Comum Curricular* este trabalho discute o papel e as concepções de ensino da arte na BNCC apresenta. Como também, avalia o processo de participação dos arte-educadores na elaboração e na recepção da última versão do documento;
6. *Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: Um olhar da área de Ciências da Natureza* o objetivo deste artigo é discutir como a construção da BNCC interpreta especificidades da área de ciências da natureza;
7. *Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões* este artigo analisa a configuração de ensino e aprendizagem de história na BNCC para o ensino fundamental em fase de implementação pelo Ministério da Educação nas redes de ensino do Brasil;

Apesar das muitas discussões apresentadas nesse eixo, nosso olhar se volta para o primeiro artigo que compõe esse grupo de trabalhos, uma vez que nos auxiliam a melhor compreender o nosso lugar de formação no contexto dos campos disciplinares.

Por ser acadêmica do Curso de Licenciatura em Matemática, me chama atenção o artigo já referido. As discussões do mesmo se aprofundam em questões como o papel que essa disciplina desempenha na formação dos jovens e nos auxiliam na compreensão acerca do silêncio que a BNCC apresenta sobre os aspectos metodológicos como a étnomatemática, a história da matemática e a modelagem matemática. Por outro lado, ela enfatiza a importância da contextualização da matemática com o cotidiano do estudante, como também, a interdisciplinaridade e a atividade de resolução de problemas. Partindo disso, nota-se que há uma preocupação da BNCC na formação do estudante voltada para a mão de obra para o mercado de trabalho. Como pode ser observado a seguir:

No que diz respeito aos “objetivos gerais para Área de Matemática no Ensino Médio”, destacam-se alguns aspectos como: a importância em aplicar o conhecimento matemático; expressar e comunicar este saber; estabelecer relações com as outras áreas do conhecimento; desenvolver a autoconfiança ao lidar com a Matemática; usar criticamente a Matemática em diferentes práticas sociais e fenômenos naturais; recorrer às tecnologias digitais para descrever e representar matematicamente situações e fenômenos da realidade, em especial aqueles relacionados ao mundo do trabalho. (Pinto, 2015).

Com isso, fica evidente, que o papel dessa disciplina na formação do estudante se volta para uma formação preocupada com mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a BNCC ressalta a importância dos conhecimentos fundamentais que buscam assegurar os direitos de aprendizagem que todos os estudantes matriculados no ensino médio devem ter acesso. Dessa forma, garantir os conhecimentos exigidos pelo mundo do trabalho.

O tópico BNCC e educação infantil é formado por 4 artigos, com as seguintes discussões:

1. *A BNCC e a regulação da educação infantil: perspectiva crítica* que destaca um amplo debate, ocorrido no ano de 2014, sobre a construção de uma Base Nacional Comum Curricular expressando-se nos diversos estados Brasileiro de especialistas sobre a natureza e as funções históricas, sociais, políticas e educacionais da BNCC em atendimento à legislação Brasileira vigente;
2. *Educação infantil no contexto das discussões da Base Nacional Comum Curricular* o qual objetiva apresentar as análises decorrentes das discussões acerca de princípios e concepções conferidos à educação infantil no documento preliminar da BNCC;
3. *BNCC da educação infantil: necessidades formativas críticas e de transgressão aos estagiários(as) em curso de pedagogia* que problematiza quais são as necessidades formativas aos estagiários em curso de pedagogia que a BNCC da educação infantil invoca.
4. *BNCC e a educação infantil: quais as possibilidades?* Objetiva tecer algumas considerações sobre a BNCC e suas implicações para a educação infantil, procurando a partir da própria trajetória da constituição da educação infantil como direito público e objetivo, discutir os desafios e possibilidades que a definição de uma Base Nacional Comum Curricular apresenta para a área.

Dentro da discussão apresentada pelos quatro artigos, o que nos chama mais atenção é a questão das disputas entre instituições de políticas públicas e curriculares o que tem por consequência a predominância dos ideários neoliberais no campo da

educação, uma vez que nos ajuda a pensar sobre a qualidade da educação brasileira, pois os ideários neoliberais defendem uma educação voltada para a formação de mão de obra apta para o mercado de trabalho. Isso por sua vez, torna o estudante um mero absorvedor de conhecimento.

Ao se tratar de educação infantil é importante salientar que se trata da base educacional do estudante. Logo, é necessário manter a especificidade das crianças em suas vivências cotidianas. Em contrapartida, apesar de, em suas primeiras versões, ser proposto uma discussão com alguns seguimentos da sociedade sobre a BNCC, esse debate acabou que por privilegiar alguns grupos de especialistas. Com isso, a BNCC não faz referência a diversidade de infância ao se tratar de experiências e objetivos de aprendizagem.

Outro fator importante que nos chama a atenção é a dificuldade de reconhecer a especificidade do desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos, uma vez que há também dificuldade de compreender quem são esses sujeitos. Isso, também, nos leva a refletir sobre a qualidade da educação, pois isso interfere diretamente no processo de organização e desenvolvimento pedagógico.

Nota-se, também, que segundo Portelinha *et al* (2017) a BNCC compreende como sujeito ativo que precisa de uma interação mútua com outros indivíduos para produzir sua cultura e construir seus conhecimentos. Por outro lado, Arce e Balda (2009 apud Portelinha *et al*) afirma que “[...] a criança não cria cultura, mas se apropria da cultura existente reproduzindo-a e modificando-a”. Nessa perspectiva, nos faz acreditar que seu desenvolvimento está relacionado a suas vivências e suas experiências cotidianas.

Outro aspecto importante a se destacar é o fato de os movimentos sociais, sobretudo, o feminismo serem os grandes impulsionadores da educação infantil como direito social. Nesse sentido, de acordo com Talles (2015 *apud* Campos e Barbosa):

a creche conseguiu unificar o próprio movimento feminista em suas diversas correntes político-ideológicas. E assim levou o feminismo para o campo popular. Talvez tenha sido um dos momentos em que as feministas saíram dos lugares centrais para a periferia. Com o trabalho popular junto às mulheres, o feminismo adquiriu certa legitimidade e reconhecimento.

Dessa maneira, com o avanço em relação aos direitos feministas e com as mulheres no mercado de trabalho, nota-se a necessidade de um espaço para elas

deixarem seus filhos enquanto trabalham. A partir disso, surgiram as lutas em prol do direito das crianças às creches. Dessa forma colocou a educação infantil na arena das políticas públicas.

No tópico BNCC e Política Educacional foi trabalhado com três artigos, os quais discutem sobre Política Educacional, que são eles:

1. *BNCC: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil* que objetiva analisar os princípios presentes na formulação da BNCC buscando, por meio de análise documental, mostrar que a sua elaboração atende aos interesses da classe empresarial o que recai em um episódio de esvaziamento da escola no Brasil;
2. *A formulação da BNCC como ação da Política Educacional: Breve levantamento bibliográfico (2014-2016)* o qual objetiva analisar os discursos de alguns organismos oficiais como, por exemplo, publicações em revistas científicas afim de identificar o que dizem a respeito da política educativa em processo de formulação da BNCC;
3. *BNCC: ponto de saturação e retrocesso na educação* o qual procura construir a tese de que a BNCC representa um grave retrocesso na educação brasileira, também, explora alguns elementos recentes do processo de implementação da Base que ocorre dentro e fora do estado, sublinhando que a complexidade desses processos desafia eventuais ações de resistências organizadas à BNCC;

Diante dessas discussões, fica evidente que ainda há uma predominância do poder da elite sobre o currículo escolar na educação pública brasileira. Nessa perspectiva, com o avanço da globalização e com o desenvolvimento do neoliberalismo, a política educacional torna-se cada vez mais voltada para o mercado de trabalho a fim de formar cidadãos aptos a mão de obra produtiva. De acordo com Marsiglia *et al* (2017) “as reformas que alinham a educação escolar ao projeto neoliberal de sociedade não deixam de interferir no currículo da escola pública”. Dessa forma, é notório que a política educacional está mais preocupada em formar indivíduos de acordo com o interesse da classe empresarial. O que promove cada vez mais a desigualdade, pois quem, em maioria, frequenta a escola pública é a parcela da população que possui baixa renda. Em contra partida, as escolas particulares que

atingem a parcela da população com melhor condição financeira, apesar de também adotar a BNCC como norteadora de sua formulação curricular, baseiam seus currículos numa perspectiva que provoque e incentive seus alunos a irem em busca de seus conhecimentos. Dessa forma, formando indivíduos críticos. Por outro lado, é possível perceber que o estado está posto em um viés neoliberal. Com isso, o sistema educacional está voltado para o mercado de trabalho. Logo, o currículo das escolas públicas é de cunho tecnicistas que visa o acúmulo de conhecimento ao invés da qualidade da aprendizagem.

O tópico BNCC e relações étnico raciais que traz o artigo *As construções da BNCC e a questão dos estudos das relações étnico-raciais* discute as relações estabelecidas entre a construção da BNCC e a educação das relações étnico raciais no componente curricular da disciplina de história nos anos iniciais do ensino fundamental;

Esse trabalho destaca também a imparcialidade da BNCC sobre o tema étnico-racial, uma vez que a temática é abordada de maneira superficial, como afirma Silva (2018) “A BNCC (2017) trata do tema étnico e da diversidade em outros componentes, mas não o faz de forma a reconhecer o problema do racismo e do eurocentrismo.” Nessa perspectiva fica evidente que problemas, como por exemplo, o racismo não é trabalhado de forma clara e sucinta que possa mostrar a realidade vivida do povo negro no Brasil. Dessa maneira, a questão étnico racial é trabalhada apenas como conteúdo vazio dentro das escolas brasileiras, não se comprometendo com políticas de inclusão e compensação. Dessa forma, não se preocupa em combater o racismo que prossegue existindo nas relações sociais na sociedade brasileira. Logo, é notório que a BNCC negligencia a temática étnico racial.

O tópico BNCC, Projeto Político Pedagógico vem trazendo o artigo Base curricular nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o projeto político pedagógico para subsidiar a discussão sobre a BNCC, em especial, no que tange à autonomia escolar e o projeto de cada escola, aspectos fundamentais para um trabalho de qualidade que valorize a diversidade cultural.

Sobre essa questão vale destacar as reflexões em torno de questões como a autonomia das escolas em relação ao seu Projeto Político Pedagógico, posto que essas discussões fortalecem o debate sobre a construção do currículo escolar. No entanto, a questão da autonomia das escolas ainda está em discussão, uma vez que,

o sistema de ensino é regido por normas padronizadas, como é o caso da BNCC que o objetivo principal é garantir direitos e objetivos de aprendizagem iguais para todos os estudantes do Brasil. Nesse sentido, há uma necessidade de haver autonomia relativa das escolas capaz de considerar as normas do sistema, mas, também, capaz de fazer suas próprias escolhas, sobretudo, relacionadas aos seus currículos que, atualmente, pouco enfatiza a realidade sociocultural dos alunos e, também, pouco trabalha em cima das diferenças culturais de uma região sobre a outra.

O tópico BNCC e educação especial traz para a discussão dois artigos que são eles:

1. *Um olhar sobre o surdo na nova Base Nacional Comum Curricular no Brasil* que realiza um resgate histórico da construção da lei de diretrizes e Bases da educação sobre o direito da comunidade surda à língua brasileira de sinais, haja vista que a atual BNCC não invoca a libras como disciplina curricular obrigatória. Com isso, o artigo fomenta uma discussão da nova BNCC junto à comunidade surda;
2. *BNCC e a educação especial no contexto da inclusão escolar* artigo ao quem tem por finalidade identificar, através de uma análise documental realizada nas duas versões apresentadas pelo Ministério da Educação para a BNCC, o tratamento dado a educação especial no contexto de inclusão escolar, além de fazer algumas considerações sobre o debate em curso acerca das implicações e possibilidades da BNCC no tocante à educação do estudante com deficiência, altas habilidades/superdotação, entre outras;

Diante dessas duas produções podemos perceber que apesar de a Constituição Federal de 1988 garantir o acesso à escola regular como um direito constitucional às crianças, jovens e adultos com deficiência, como afirma Mercado e Fumes:

A garantia do acesso à escola regular é uma premissa básica do sistema educacional brasileiro, crianças, jovens e adultos com deficiência devem estar matriculados na sala de aula comum tendo acesso ao currículo escolar e no contra turno receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme prever a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/199.

Esse direito é abordado de maneira imparcial pela BNCC. Pois ela desconsidera o fato de que há uma discriminação sofrida por pessoas com deficiência, e que, elas também, são vítimas de preconceito e violência, fazendo apenas menção as barreiras físicas enfrentadas pelos mesmos. Nesse sentido, segundo Mercado e Fumes,

Ao fazer referência apenas à eliminação das barreiras arquitetônica e de comunicação, a BNCC desconsidera o fato que, historicamente, pessoas com deficiência sofrem discriminação e são vítimas de preconceitos e violências por comportamentos ou atitudes no ambiente escolar.

Logo, é notório que a BNCC retrata de maneira superficial a temática de educação especial. Isso torna-se evidente na maneira como é abordado a língua Brasileira de Sinais. Visto que, apesar de a presença de um interprete no ensino fundamental e médio ser realidade em muitas escolas brasileiras, essa realidade, como também a Língua Brasileira de Sinais, não contempla a educação infantil. Contudo, o fato de haver interprete em algumas salas de aula em algumas escolas brasileiras, não é suficiente para a verdadeira inclusão do surdo, pois há uma necessidade de interação das crianças com todos que fazem parte da comunidade escolar. Isso gera dificuldade de socialização e reflete diretamente no processo de aprendizagem dificultando o desenvolvimento d estudante. A partir desses apontamentos, fica evidente a negligencia da BNCC em relação a educação especial no contexto da educação brasileira.

O próximo tópico BNCC e competências traz três artigos para discutir acerca das competências propostas pela BNCC, são eles:

1. *A formação de professores e as novas gerais propostas pela BNCC* que busca promover um debate sobre as competências gerais propostas pela BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, e sobre possíveis caminhos para a formação de professores. Onde, ressalta a necessidade de criação de uma agenda de discussões sobre modelos formativos ancorados em experiencias que mobilize leituras e interdisciplinaridade;
2. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências* que objetivou analisar o processo de produção de sentidos de competências, buscando compreender os modos de individualização do sujeito, na/pela língua, levando em conta o político em uma formação social neoliberal significada, nesse caso, discursividade do mercado lógico;

3. *Competências gerais da BNCC para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental: um estudo interpretativo para o desenvolvimento da aprendizagem* esta investigação documental, com base em estudos sobre a adolescência e a análise das competências gerais para a educação básica contida na BNCC, temas voltados para a adolescência com o foco em direitos de aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental;

Sobre essa questão verifica-se que a BNCC propõe suas competências levando em consideração que as competências e diretrizes que são comuns para todo o território nacional e os currículos escolares são diversos de acordo com a diversidade nacional, ou seja, de acordo com a realidade local de cada escola. Nesse sentido, as competências propostas pela BNCC ressaltam a importância dos conhecimentos em suas variadas manifestações, o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, a tomada de decisão como mecanismo de ação e a ideia de posicionamento. A partir disso, a escola deve levar em consideração as competências comuns na produção de seus currículos considerando a realidade sociocultural de sua determinada região.

Por último, o tópico BNCC e a educação integral que traz o artigo O desafio de articular a educação integral e integrada com a BNCC: parecer sobre o texto preliminar da consulta pública que consiste no parecer sobre o tratamento dado ao tema educação integral no documento da BNCC, conforme solicitação da Secretaria de Educação Básica (SED) e do Ministério da Educação do Brasil (MEC).

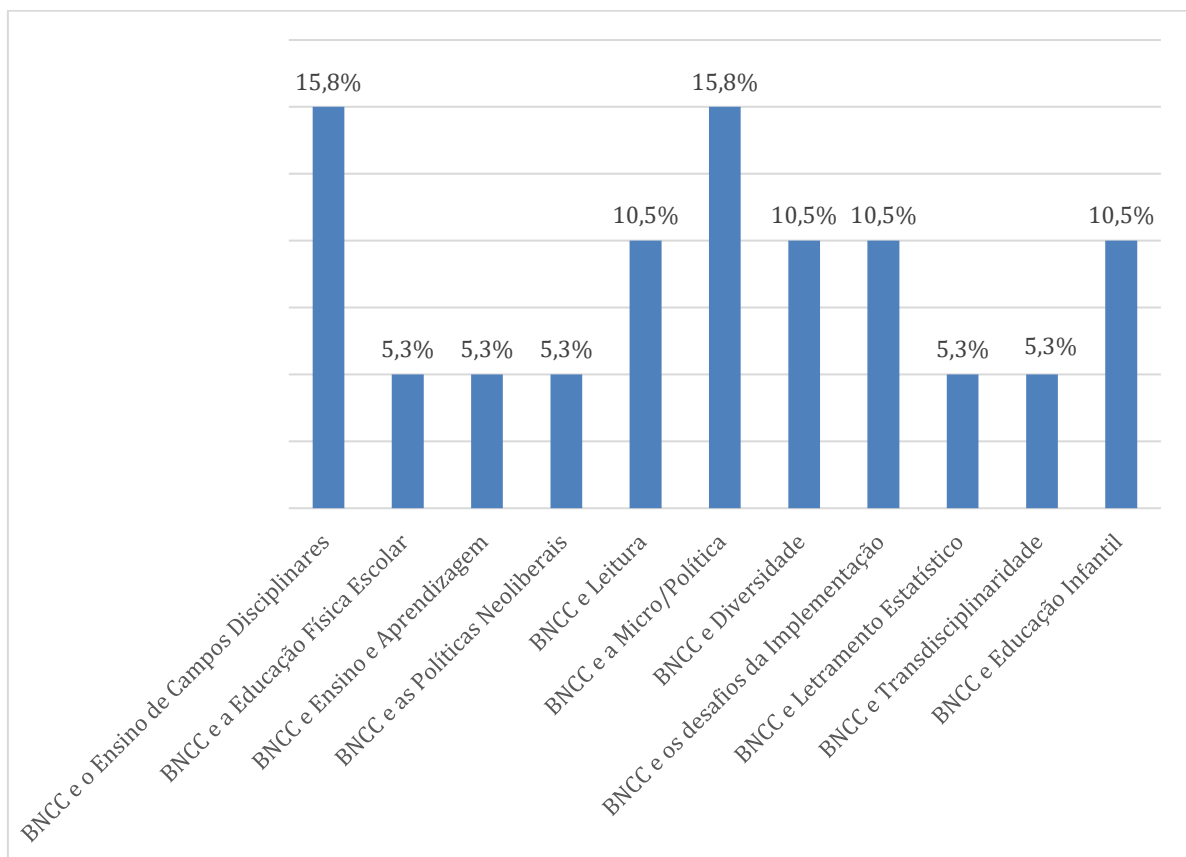
De acordo com a análise da produção, nota-se que a BNCC não assume pra si a responsabilidade de implementação da educação integral. Todavia, ela terá papel central no que diz respeito à gestão de currículo e sua prática nas escolas brasileiras.

1.2– Dissertações

Dentre as 19 dissertações capturadas durante ao levantamento, verificamos que os focos foram os seguintes: BNCC e o Ensino de Campos Disciplinares (3); BNCC e a Educação Física Escolar (1); **BNCC e Ensino e Aprendizagem (1); BNCC e as Políticas Neoliberais (1);** BNCC e Leitura (2); **BNCC**

e a **Micro/Política** (3); BNCC e Diversidade (2); **BNCC e os desafios da Implementação** (2); **BNCC e Letramento Estatístico** (1); BNCC e Transdisciplinaridade (1); BNCC e Educação Infantil (2). O gráfico 2 ilustra essas produções em termos percentuais.

Gráfico 2: Produções sobre BNCC por eixo temático publicizados por meio de dissertações de mestrado.



Fonte: Autoria da pesquisadora (Gomes, 2020).

Com base na análise do gráfico 2, nota-se que 15,8% corresponde ao tópico BNCC e o Ensino de Campos Disciplinares; 5,3% equivale ao tópico BNCC e a Educação Física Escolar; 5,3% fala sobre BNCC e Ensino e Aprendizagem; 5,3% discute sobre BNCC e as Políticas Neoliberais; 10,5% ressalta sobre BNCC e Leitura; 15,8% debate sobre BNCC e a Micro/Política; 10,5% dá ênfase ao tópico BNCC e Diversidade; 10,5% foca no tópico BNCC e os desafios da Implementação; 5,3%

argumenta acerca do tópico BNCC e Letramento Estatístico; 5,3% apresenta o tópico BNCC e Transdisciplinaridade; 10,5% vem discutir sobre BNCC e Educação Infantil.

No tópico BNCC e o ensino de Campos Disciplinares traz quatro dissertações para discutir sobre o ensino dos Campos Disciplinares na BNCC os quais são:

1. *A geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): percursos e perspectivas* que analisou o processo histórico de construção e os elementos fundamentais que os constitui, discutindo as principais características do componente curricular geografia. Dessa maneira, buscou compreender os possíveis impactos no processo de ensino e aprendizagem da geografia e as implicações para a formação do professor dessa área do currículo escolar.
2. *A literatura na Base Nacional Comum Curricular: o ensino literário e a Humanização do indivíduo* a qual situa-se no campo dos fundamentos da educação e volta-se ao estudo da literatura com base nos conceitos da estética de Georg Lukács e na pedagogia histórica-crítica de Dermeval Savam, além dos estudos acerca da arte literária por Antonio Candido.
3. *Ensino Religioso: uma abordagem das versões da Base Nacional Comum Curricular* a qual objetivou apresentar o tema Ensino Religioso, bem como, a legislação que o define como componente curricular com oferecimento obrigatório, porém, com matrícula facultativa. Como também, buscou analisar as propostas contidas nas versões da Base Nacional Comum Curricular apontadas para esse componente curricular.
4. *Educação Física escolar na Base Nacional Comum Curricular: dinâmica de um movimento em construção* e objetivou, mais especificamente, apresentar o contexto das relações políticas e estruturais que vêm influenciando a educação brasileira nas últimas décadas. Buscou, também, apresentar como se deu o contexto político educacional de aprovação da proposta de uma Base Comum ao país. Outro aspecto importante foi a procura de entender como se deu o processo de construção das versões da BNCC. E, por fim, procurou identificar como o componente curricular Educação Física encontra-se estruturados nos documentos da BNCC, observando os avanços e os limites dessa organização.

Diante da discussão pode-se perceber que a BNCC um documento que descreve competências e habilidades indispensáveis em cada componente curricular da educação básica.

Com isso, nota-se que os campos disciplinares na BNCC são abordados de maneira que possa contribuir para a formação do indivíduo para o mercado de trabalho. Vale ressaltar que a BNCC adota uma concepção de educação neoliberal, ao qual busca, principalmente, formar mão de obra eficiente para o mercado, uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista. Segundo, Fontes (2018) “o documento aponta que a educação se dá no convívio social em vários âmbitos, mas o ensino escolar é responsabilidade de instituição própria, a escola, e que ela deve estar vinculada ao mercado de trabalho e à prática social.” Logo fica evidente que os campos disciplinares na BNCC estão articulados ao viés neoliberal e capitalista.

O tópico BNCC e Ensino e Aprendizagem traz a dissertação, intitulada *A BNCC e o processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: uma proposta definida por ações*, a qual objetivou observar, analisar e compreender o que as habilidades e competências previstas na BNCC propõe em termos que integram o campo do conhecimento e aprendizagem dos alunos dos anos iniciais da educação básica.

A partir dessa produção é possível notar que a BNCC caracteriza competências como estímulo de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as complexidades do cotidiano, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. No entanto, o termo competências tem inúmeras definições, de acordo com Perrenoud (1999, 2000, 2002 apud Coelho 2019) cada aluno é responsável por desenvolver competências voltadas para a resolução de problemas de uma dada situação. Logo, as atividades voltadas para o ensino- aprendizagem devem partir das competências individuais dos alunos. Todavia, a BNCC estabelece objetivos fixos a serem desenvolvidos em cada etapa da educação básica. Dessa forma, apenas promovendo os conteúdos ao título de competências.

Observa-se, também, que na BNCC há ações que evidenciam memorização ao invés de aprendizagem, na qual o educando não tem uma participação ativa no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, são as competências que determinam quais conhecimentos serão oferecidos aos educandos.

No que tange as habilidades propostas pela BNCC, elas “expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (BRASIL, 2017 apud Coelho 2019). Logo, a BNCC traves das habilidades assegura as aprendizagens consideradas indispensáveis aos educandos.

BNCC e as políticas neoliberais tópico que, também, apresenta uma única dissertação para discutir acerca das políticas neoliberais: *A implementação da BNCC no contexto das políticas neoliberais* que objetivou apresentar uma discussão acerca das políticas neoliberais e suas influências sobre o sistema educacional destacando as reformas educacionais brasileiras.

Com base na leitura dessa produção, nota-se que o neoliberalismo prega a ideologia de que a escola pública perpassa por um fracasso ocasionado pela incapacidade financeira do estado. Com isso, as escolas necessitam de uma reestruturação de iniciativa privada e, conseqüentemente, regida pelas leis do mercado. A partir disso, as políticas neoliberais adequam a educação conforme seus interesses, moldando o sistema educacional brasileiro de forma que a democracia fique cada vez mais distante.

Na visão neoliberal, o que importa não é são as necessidades dos grupos envolvidos e, sim, as necessidades da competitividade que pode gerar lucro para as empresas. Partindo disso, segundo Branco (2017):

Na visão neoliberal, o ponto de referência para coordenar a escola atual não são as necessidades das pessoas e dos grupos envolvidos, sobretudo aqueles que mais sofrem com as desigualdades existentes, mas as necessidades de competitividade e lucro das empresas. Como consequência, as soluções propostas pela visão empresarial tendem a amarrar a reestruturação do sistema educacional às estreitas necessidades de treinamento da indústria e do comércio.

Portanto, o neoliberalismo é um pensamento ideológico voltado para o capitalismo. Seguindo por essa lógica, um sistema educacional regido por doutrinas neoliberais irá priorizar a formação de indivíduos de acordo com o interesse do mercado de trabalho. A partir disso, fica evidente que a BNCC é fortemente influenciada pela teoria neoliberal, uma vez que ao ter domínio sobre o sistema educacional, terá domínio sobretudo que dele for oriundo.

BNCC e leitura tópico que apresenta duas dissertações com o intuito de discutir sobre leitura na BNCC:

1. *A leitura e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): uma abordagem pela perspectiva dos estudos culturais* a qual apresenta um estudo teórico/crítico sobre leitura e sobre a interpretação dessa na Base Nacional Comum Curricular. Como também, apresenta estabelecer uma discussão sobre a abordagem da leitura prevista nesse documento embasando nos estudos culturais e em autores que tratam da leitura em uma perspectiva cultural.
2. *Propostas de leituras e produção do gênero documentário: as políticas sociais e os apostes advindos da BNCC* que tem por objetivo aplicar uma proposta de intervenção pedagógica para a produção de um documentário por alunos do 1º ano do ensino médio de acordo com o aporte pedagógico da Base Nacional Comum Curricular e o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky.

Com base na leitura das duas produções é possível perceber que no que se refere a educação, cultura e leitura, elas não podem ser reduzidas à normas pré-determinadas. A leitura é um processo de formação de cidadania com a inclusão de novas abordagens proporcionadas em diferentes formas de leituras. Nessa perspectiva, segundo Huber (2017) “o leitor precisa desenvolver seu lado crítico para que a leitura seja uma prática social”. Com isso, com a leitura deve ser valorizado as diversas experiências vividas pelos indivíduos para que ele tenha uma visão crítica de seu lugar atual como cidadão. É notório, portanto, que a leitura é de suma importância para a formação do indivíduo crítico e culto.

Por outro lado, a BNCC não trabalha a leitura com o seu devido valor, assim, da pouca importância para a leitura como construtora da formação cidadã dos indivíduos. Partindo disso, é notório que a concepção dada a leitura na BNCC é limitada à concepção sistêmico-funcional linguístico.

BNCC e a micro/política tópico que apresenta três dissertações para discutir sobre micro/política:

1. *Base Nacional Comum Curricular e a micropolítica: analisando os fios condutores* dissertação que objetivou analisar o processo de elaboração do documento da BNCC, ressaltando a participação do contexto da prática da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa/PB.

2. *Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto de política* que consistiu em analisar o texto da lei da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), política que unifica 60% dos conteúdos curriculares das etapas de ensino referente à educação infantil e ensino fundamental, atingindo todas as escolas do território nacional.
3. *Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular: a máscara do conformismo na educação do banco mundial* que objetiva analisar os nexos entre as políticas públicas educacionais e as teorias do conhecimento que fundamentam o receituário de políticas públicas dos órgãos multilaterais e seus possíveis impactos na educação a partir da crítica às categorias de política para o novo Milênio, cidadania, direito de aprendizagem e desenvolvimento.

Foi possível perceber que há disputas e conflitos em torno do controle político e ideológico do ato pedagógico e da escola como um todo. A partir disso, percebe-se que a política da BNCC está sujeita a várias interpretações e recriações na prática. Contudo, apesar de ser vendida uma ideia de que a implementação da Base foi democrática e participativa, percebe-se que essa participação foi limitada, na qual, não foi permitido a participação de professores e afins que atuam na educação básica na tomada de decisão a respeito dos objetivos da mesma. Nesse caso, os professores participaram apenas do processo de finalização da elaboração da BNCC.

A partir disso, fica evidente que não são consideradas as fragilidades do sistema educacional como um todo. Assim, a responsabilidade do não aprendizado dos estudantes são postas sobre a escola.

Fica notório, por tanto, que a BNCC propõe uma concepção de currículo conteudista e pragmática. Nesse sentido, é evidente a influência das políticas neoliberais sobre a mesma, uma vez que a concepção de competências e habilidades, no texto da base, baseia-se no saber fazer, próprios utilitarismos imediatos da educação aplicado no mercado de trabalho. Isso, por sua vez, torna a educação brasileira em uma preparação de mão de obra eficiente e exclusiva para o mercado.

BNCC e Diversidade tópico que apresenta duas dissertações que discute sobre a diversidade na BNCC:

1. *A questão Étnico- Racial no campo curricular: uma análise da Base* que tem como objetivo analisar como é estruturada e promovida a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando-a ao que se refere aos seus significados discursivos que cercam as questões étnicos- raciais.
2. *Concepções de diversidade na Base Nacional Comum Curricular anos iniciais do ensino fundamental* que objetiva investigar as concepções de diversidade presentes na Base Nacional Comum Curricular nos anos iniciais do ensino fundamental.

De acordo com a análise feitas nas duas produções, é possível perceber que a BNCC articula discussões acerca dos aspectos da presença de diferentes etnias na formação da sociedade brasileira. No entanto, essas referências são trabalhadas de forma vaga e superficial. Nesse sentido, busca mostrar apenas uma concepção celebratória da diversidade de culturas, com finalidade de apenas promover o reconhecimento das mesmas. Negligenciando, portanto, as lutas e discriminação sofrida por, por exemplo, negros e índios. Nessa perspectiva, de acordo com Alves (2019):

O fato de que o texto da BNCC contenha referências que indicam o reconhecimento das culturas e das histórias de sujeitos pouco reconhecidos no currículo escolar representa um aspecto positivo. No entanto, essa forma de abordagem pode contribuir para um distanciamento da questão, na medida que remete para as origens, deixando de enfatizar os desafios enfrentados por esses sujeitos no contexto atual, particularmente no momento histórico em que estamos vivendo, em que se observa uma perspectiva de negação de direitos desses sujeitos.

Essa concepção trazida pela BNCC não contribui de maneira efetiva para a amenização das discriminações e preconceitos sofridos por sujeitos mais vulneráveis. Uma vez que, as escolas projetam os alunos idealizados por um caráter pragmático. Nessa perspectiva, nota-se que a BNCC busca harmonizar as diferenças culturais para que não haja contradições e conflitos. Contudo, se por um lado essa ausência de conflitos contribui para apaziguar as diferenças culturais, por outro lado ela contribui, também, para manter a discriminação e a exclusão dos sujeitos. Isso, porque, o fato de não discutir acerca da discriminação, desigualdade e relação de poder torna cada vez mais desconhecido a problemática.

BNCC e os desafios de implementação tópico que apresenta duas dissertações para discutir os desafios de implementação da BNCC:

1. *Desafios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular* que objetivou responder à pergunta “Como fazer a Base Nacional Comum Curricular chegar nas salas de aula?” levando em consideração os desafios relacionados ao processo de implementação da base.
2. *A Base Nacional Comum Curricular em questão* que buscou discutir a compreensão sobre o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular no sistema educacional brasileiro a partir das duas versões apresentadas.

É percebido que os desafios a serem enfrentados são significativos, pois para se pensar um currículo, precisa se pensar no sentido da escola e para que se quer educação. Nesse sentido, para um professor educador desempenhar a função de um ser pensante, ele precisa, principalmente, ser valorizado financeiramente, no entanto, essa não é a nossa realidade atualmente. Outrossim, outro desafio a ser destacado é a não participação efetiva dos professores da educação na elaboração da BNCC, o que torna distante o conhecimento da realidade educacional nas escolas básicas.

BNCC e letramento estatístico, este tópico apresenta uma única dissertação para discutir sobre a temática: *Letramento estatístico nos livros dos anos finais do ensino fundamental e a base nacional comum curricular* este trabalho é uma dissertação de mestrado em matemática, realizado pelo PROFMAT/UNIRIO, que versa sobre a abordagem feita pelos livros didáticos quanto aos conteúdos de estatística e probabilidade e como eles possibilitam o desenvolvimento do letramento estatístico nos estudantes.

Ao analisar a produção proposta, nota-se que a BNCC traz, em suas propostas de mudanças, uma abordagem dinâmica dos conteúdos matemáticos probabilidade e estatística dos anos iniciais do ensino fundamental até os anos finais do ensino médio. Com isso, evidencia a importância de refletir acerca da formação dos professores de matemática. Uma vez que, muitos deles tiveram pouco contato com a relação dos conteúdos com a didática deles.

Vale ressaltar que a didática é a ciência responsável por estudar métodos e técnicas de ensino capaz de tornar o processo de ensino e aprendizagem eficientes. Partindo disso, fica evidente a importância da didática para tornar o ensino dos conteúdos destacados mais dinâmicos e menos tecnicista.

A BNCC por sua vez aponta indicativos que ao final da educação básica, o estudante tenha todas as condições de desenvolver o letramento estatístico, ou seja, ter a capacidade de ler, interpretar, avaliar criticamente e comunicar informações estatísticas. Dessa forma, tornar um cidadão crítico, reflexivo e participativo. Em contrapartida, essa não é a realidade vista ao término da educação básica.

BNCC e Transdisciplinaridade tópico a qual traz uma dissertação para discutir acerca da temática proposta: *Temas contemporâneos e transversais na BNCC: as contribuições da transdisciplinaridade* esta dissertação objetivou compreender o que são os temas contemporâneos de abordagem transversal e, também, discutir as possibilidades em torno da aplicação da transdisciplinaridade no tratamento de temas contemporâneos da BNCC.

Com base na leitura da produção, nota-se que ao se tratar de temas contemporâneos e transversais, a BNCC deixa claro que a abordagem desses temas deve passar por todas as disciplinas. Logo, um pressuposto de transdisciplinaridade, pois transdisciplinaridade demanda a articulação entre todos os conteúdos disciplinares. Dessa forma a transdisciplinaridade é nutrida pela complexibilidade e efetiva-se como uma possibilidade compatível com a natureza dos temas contemporâneos.

E por último, o tópico BNCC e Educação Infantil trouxe duas dissertações para discutir sobre a Educação infantil na BNCC:

1. *As artes de governar o currículo da educação infantil: a Base Nacional Comum Curricular em questão* que objetivou investigar como o currículo, da educação infantil, é construído/disposto na BNCC, levando em consideração a ótica de governamentalidade baseada na construção de um dispositivo normalizador que procura objetivar, conduzir e normalizar corpos e indivíduos. Investigou-se, também, como o currículo da educação infantil está sendo tratado nesse novo documento.

2. *Base Nacional Comum Curricular para 4º e 6º anos: os efeitos camuflados* esta dissertação objetivou problematizar o documento da BNCC referentes aos princípios, as práticas e as concepções que orientarão as propostas curriculares das crianças do 4º a 6º ano.

Ao analisar as produções foi possível perceber que a BNCC objetiva garantir direitos de aprendizagens iguais para todos os estudantes. Nessa perspectiva, ela dá ênfase ao direito a aprendizagem e não ao direito a educação, visto que a educação vai além do direito a aprendizagem e conhecimento. Educação visa garantir a formação e desenvolvimento do sujeito em suas mais diversas potencialidades, respeitando a gama vasta de diversidade. Logo, a BNCC refere-se ao direito a educação como direito a aprendizagem, preocupando-se, prioritariamente, com a absorção de conhecimento. Dessa forma, não leva em consideração que, ao se tratar de educação infantil, é preciso preocupar-se com os cuidados com as crianças e com sua formação como ser humano. A partir disso, é possível perceber que a BNCC se preocupa apenas com os conteúdos que as crianças precisam aprender para seu ingresso no ensino fundamental.

É notória a influência da ótica neoliberal no sistema educacional brasileiro, com o intuito de formar sujeitos úteis e aptos ao mercado de trabalho. Com isso, é notório, também, que a versão homologada da BNCC recebeu influências internacionais e nacionais de acordo com os interesses empresariais na formação dos sujeitos com o intuito de incluir maiores características de aprendizagem de conhecimentos em seus objetivos gerais, incluindo a educação infantil.

1.3 – Teses

Com relação as produções veiculadas a partir de teses de doutorado, verificamos um número de 3 produções, nas seguintes temáticas: BNCC e Educação do Campo (1); **BNCC e Política de Regulação** (1); BNCC e o Ensino da Geografia (1).

Em termos percentuais, nota-se que 33,3% corresponde ao tópico BNCC e Educação do Campo; 33,3% atende ao tópico BNCC e Política de Regulação; e outros 33,3% discute acerca do tópico BNCC e o Ensino da Geografia.

O tópico BNCC e a educação do Campo traz a tese *A base nacional comum curricular no contexto da educação do campo: desencontros e contradições* que tem como objetivo identificar as contradições presentes na intensão política de implementação da BNCC e analisar o contexto de desencontro das concepções entre ambas: BNCC e Edoc (Educação do Campo).

Com o estudo dessa produção, foi possível perceber que a BNCC não faz distinção entre a educação do campo e a educação urbana, uma vez que ambas terão a mesma referência para a formação de seus currículos escolares. Nessa perspectiva, segundo Mueller (2018) “(...) no momento da elaboração do currículo, tanto na escola urbana quanto na rural a referência será a mesma, a BNCC.”. A partir disso, fica evidente, portanto, que ambas objetivam formar indivíduos eficientes para o mercado de trabalho, visto que a BNCC sofre grande influência políticas neoliberais..

Já o tópico BNCC e Política de Regulação traz a tese *Base nacional comum curricular como política de regulação do currículo da dimensão global ao local: o que pensam os professores?* Que objetivou analisar a tessitura de construção da BNCC e do ensino fundamental em seu aspecto global, nacional e local, tendo como cenário a rede municipal de educação de Soure-PA locus em que a política ganhara corpo e sentido.

Esse estudo nos mostrou que o processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular sofreu uma grande influencia internacional e das políticas neoliberais. O que causa uma contradição nas políticas educacionais e tensões de disputas.

Por fim, o tópico BNCC e o Ensino da Geografia trouxe a tese *O desafio da geografia e sua especificidade na base nacional comum curricular brasileira: uma cartografia das ausências* que objetivou compreender os motivos pelos quais levaram a perda da relevância da geografia no currículo oficial.

O estudo da produção nos possibilitou perceber que a geografia, na BNCC, é responsável por relacionar em seu ensino aspecto da sociedade e da natureza. Contudo, apesar de a geografia ser uma disciplina da área de conhecimento de

humanas, e dá a falsa impressão de que retrata temas sociais a fim de formar cidadãos pensantes e críticos, ela está voltada para cunho tecnicista comprometendo-se o mínimo com temas sociais. Nesse sentido, ela está voltada mais para conhecimentos pragmáticos ao propósito de sociedade na concepção neoliberal. Logo, ela busca, assim como as demais disciplinas, uma concepção de ensino com predominância tecnicista, com o intuito de formar indivíduos eficientes para o mercado de trabalho.

Dentre essas produções, a maior expressividade de produções cujo foco foi a relação entre a BNCC e os campos disciplinares. Apesar de alguma maneira o campo da matemática estar representado nessas produções, não identificamos expressividade com produções com foco na matemática e seu ensino na relação com BNCC, exceto uma única produção de trata da educação matemática, o que denota a necessidade da realização de estudos que tratam desse campo de conhecimento, tendo em vista que a implementação da atual política curricular alcança a todos os campos que constituem o currículo oficial da Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma longa jornada para realizar o levantamento dentro de um período de cinco anos (2015-2019) das produções cujo foco é a Base Nacional Comum Curricular. Enquanto expressão da política curricular os intelectuais do campo das teorias do currículo irão dizer que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expressa relações de poder, relações sociais, que ela é prescrição teórico-prática enquanto política cultural oficial.

A partir de um conjunto de produções que compõem um total de 22 eixos temáticos destacados por meio de artigos, dissertações e teses fica evidente a preocupação dos curriculistas da atualidade sobre a Base Nacional Comum Curricular, bem como a interfase deste documento oficial com inúmeras dimensões do processo de escolarização das novas gerações.

Nos preparamos saber dos debates apresentados sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas produções acadêmicas de 2015 a 2019. As produções capturadas indicaram que os focos dos estudos giraram em torno das seguintes temáticas:

Diante do conjunto de produções selecionados e publicadas entre os anos 2015 2019 e que tem a Base Nacional Comum Curricular como foco ficou evidente que as temáticas recorrentes foram: BNCC na relação com a Formação de Professor da Língua Portuguesa; BNCC e o Ensino de Campos Disciplinares; BNCC e Educação Infantil; BNCC e Política Educacional; BNCC e Relações Étnico-Raciais; BNCC, Projeto Político Pedagógico; BNCC e Educação Especial; BNCC e Competências; BNCC e a Educação Integral; BNCC e a Educação Física Escolar; BNCC e Ensino e Aprendizagem; BNCC e as Políticas Neoliberais; BNCC e Leitura; BNCC e a Micro/Política; BNCC e Diversidade; BNCC e os desafios da Implementação; BNCC e Letramento Estatístico; BNCC e Transdisciplinaridade; BNCC e Educação Infantil; BNCC e Educação do Campo; BNCC e Política de Regulação; BNCC e o Ensino da Geografia.

Essa variedade de temáticas diz muito acerca da complexidade do debate sobre currículo e política curricular, sobre a partir da aprovação da BNCC em 2017. Assim, tanto as evidências, em termos de debate quanto os silenciamentos, como é o

caso do ensino de matemática na educação são questões que devem ser assumidas quando se pensa a implementação da atual política curricular no Brasil que expressa relações de poder entre os entes federados, entre os poderes, entre as instituições se também entre os campos de conhecimento.

Assim, apresentar essas variedades de produções representa não só um esforço de organizá-las e capturas os conteúdos que as estruturam, mas também o esforço de problematizar a atual política curricular brasileira e as implicações do currículo oficial na escolarização proposta pela educação básica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivone Garcia *et al.* **A BNCC e a regulação da educação infantil: perspectiva crítica.** Brasília: CONAP, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edição 70, 2008.

BRASIL. **Base Nacional comum Curricular: Educação é a Base.** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, 2017.

CALLEGARI, Cesar. **Os desafios de implementar a Base Nacional Comum Curricular.** S/D. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/08/Desafios-Implementa%C3%A7%C3%A3o-BNCC.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: [Rev79_06REV&SINT \(scielo.br\)](http://www.scielo.br/Rev79_06REV&SINT). Acesso em: 10 de abril de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LISKA, G. J.R.; RIBEIRO, L. M. O. **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua articulação com a legislação para a formação inicial do professor de língua portuguesa.** Trem de Letras, V. 3. Minas Gerais: 2017.

MARSIGLIA, A.C.G. *et al.* **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil.** Salvador: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, 2017.

PINTO, Antonio Henrique. **A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de Matemática: flexibilização ou engessamento do currículo escolar.** Rio Claro (SP): Bolema, 2017.

MODESTO, Monica Andrade, **BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia: Boletim Historiar,** 2018.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PARÁ. **Documento curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado do Pará**. Pará, 2018.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

TRIVIFIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.